

KLINI PLANOS DE SAÚDE LTDA

Rio de Janeiro - RJ

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024**

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A sociedade **KLINI PLANOS DE SAÚDE LTDA.**, constituída em 07 de agosto de 2020, tem por objeto social a oferta e a operação de planos privados de assistência à saúde, atuando principalmente na contratação de planos de saúde coletivos, bem como na prestação de serviços a pessoas jurídicas contratantes desses planos.

A operadora encontra-se regularmente registrada sob o nº **42202-9** junto à Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

No exercício de 2025, a KLINI manteve seu acelerado ritmo de crescimento, encerrando o período com um total de **146.538 vidas** ativas. Esse expressivo avanço operacional refletiu-se diretamente nas demonstrações contábeis da companhia.

A KLINI oferece aos seus beneficiários um amplo portfólio de serviços assistenciais, incluindo consultas médicas, exames, serviços auxiliares de diagnóstico e tratamento, bem como internações hospitalares e atendimentos em clínicas especializadas. Esses serviços são prestados por meio de sua rede própria e de prestadores de serviços credenciados.

Os contratos firmados com os beneficiários, assim como as respectivas coberturas médico-hospitalares, observam as diretrizes estabelecidas no Estatuto Social e no Regulamento de Benefícios e Serviços dos Planos de Saúde da operadora. Atualmente, a principal fonte de receita operacional da KLINI decorre de contratos firmados com a **Prefeitura do Rio de Janeiro**.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, a companhia apurou um **superávit** no montante de **R\$ 7.891.864,00** (sete milhões, oitocentos e noventa e um mil, oitocentos e sessenta e quatro reais). Adicionalmente, ao longo do exercício, foram realizados aportes de capital por meio da **integralização de imóveis pelos sócios**, no valor total de **R\$ 63.020.000,00** (sessenta e três milhões e vinte mil reais), com o objetivo de fortalecer a estrutura patrimonial e assegurar a suficiência operacional da entidade.

NOTA 02 – ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2.1 Base de Apresentação

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Diretoria em **27 de fevereiro de 2026**.

As demonstrações contábeis referentes ao exercício social encerrado em **31 de dezembro de 2025** foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as

disposições da Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), com as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09.

Adicionalmente, foram observadas as normas e instruções expedidas pela ANS, bem como os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), incluindo a **Interpretação Técnica Geral ITG 2002 (R1)**.

As demonstrações financeiras do exercício de 2025 são apresentadas de forma comparativa com as informações correspondentes ao exercício de 2024, assegurando a adequada comparabilidade entre os períodos.

A Demonstração dos Fluxos de Caixa foi elaborada pelo **método direto**, conforme modelo padronizado e exigido pela ANS.

2.2 Principais Práticas Contábeis

As principais práticas contábeis adotadas pela entidade são descritas a seguir:

2.2.1 Apuração do Resultado

a) Receita
O resultado das transações é apurado pelo regime de competência. As **Contraprestações Efetivas** são reconhecidas como receita considerando o período de cobertura do risco, **pro rata dia**, quando se tratar de contratos com preços preestabelecidos.

Nos contratos com preços pós-estabelecidos, a receita é reconhecida na data da ocorrência dos fatos geradores, conforme disposições contratuais, ou seja, quando há o efetivo direito ao faturamento.

A entidade não desenvolve atividades relacionadas à gratuidade, e as receitas provenientes de trabalho voluntário não são relevantes para o conjunto das demonstrações contábeis.

b) Custos
Os **Eventos Conhecidos ou Avisados** são apropriados como despesa considerando a data de apresentação da conta médica, do aviso pelos prestadores ou do Aviso de Beneficiários Identificados (ABI), pelo seu valor integral, no momento da identificação da ocorrência da despesa assistencial, independentemente da existência de mecanismos, processos ou sistemas de intermediação, diretos ou indiretos, inclusive por meio de terceiros.

O fato gerador da despesa corresponde ao atendimento prestado ao beneficiário. Nos casos em que esse atendimento ocorra sem o conhecimento imediato da entidade, o reconhecimento da despesa se

dá mediante a constituição da **Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA)**, conforme a regulamentação vigente.

2.2.2 Estimativas Contábeis

As demonstrações contábeis incluem o uso de estimativas e premissas, tais como a mensuração de provisões para perdas sobre créditos, provisões técnicas, estimativas do valor justo de determinados ativos e passivos, provisões para passivos contingentes, estimativas de vida útil de ativos imobilizados, entre outras. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

2.2.3 Caixa e Equivalentes de Caixa

Compreendem numerários em caixa e saldos positivos mantidos em contas correntes bancárias.

2.2.4 Aplicações Financeiras

A entidade mantém **ativos garantidores**, constituídos por aplicações financeiras destinadas a lastrear as provisões técnicas, cuja movimentação observa rigorosamente as normas estabelecidas pela ANS.

As aplicações financeiras são mensuradas pelo **valor justo**, conforme detalhado na Nota Explicativa nº 04.

2.2.5 Contraprestações Pecuniárias a Receber

As contraprestações a receber são registradas pelo valor nominal dos títulos representativos dos créditos, observando-se os seguintes critérios:

- **Planos com preços preestabelecidos:** os valores são inicialmente registrados no passivo circulante como provisão para prêmios e contraprestações não ganhas, sendo apropriados à receita de contraprestações efetivas conforme o critério **pro rata dia**, de acordo com o período de cobertura do risco;
- A **provisão para perdas sobre créditos de contraprestações efetivas** é constituída sobre os valores a receber de beneficiários com títulos vencidos há mais de 90 dias, no caso de planos coletivos.

Os valores eventualmente recebidos antecipadamente ao período de cobertura são registrados no passivo circulante, em conta específica de **obrigações por contraprestações recebidas antecipadamente**.

A Administração revisa periodicamente os critérios de constituição dessas provisões, adequando-os à evolução da inadimplência da carteira.

2.2.6 Imobilizado

O imobilizado é registrado ao custo de aquisição, formação ou construção.

A depreciação é calculada pelo método linear, com base nas vidas úteis estimadas dos bens, às taxas divulgadas na Nota Explicativa nº 11.

Em conformidade com os pronunciamentos contábeis vigentes, o imobilizado passou a abranger bens que, ainda que não sejam de propriedade legal da entidade, estejam sob seu controle, incluindo os riscos e benefícios econômicos associados.

Após avaliação interna formalizada, a Administração concluiu pela manutenção das mesmas vidas úteis e taxas de depreciação adotadas em exercícios anteriores.

2.2.7 Provisões Técnicas das Operações de Assistência à Saúde

As provisões técnicas são calculadas conforme metodologia estabelecida pela **RN ANS nº 393/2015**, e alterações posteriores, excetuando-se a **Provisão de Eventos e Sinistros a Liquidar (PESL)**, que é constituída pelo valor integral cobrado pelo prestador, no mês da notificação da ocorrência da despesa assistencial, de forma bruta, conforme regulamentação da ANS.

A metodologia adotada para o cálculo da **PEONA** deixou de ser baseada em percentual fixo, passando a observar o **maior valor** entre:

- 8,5% do total das contraprestações/prêmios dos últimos 12 meses, na modalidade de preço preestabelecido; e
- 10% do total de eventos indenizáveis/sinistros dos últimos 12 meses, na mesma modalidade,

conforme disposto no art. 11 da RN ANS nº 393, com aplicação da **metodologia atuarial** prevista no art. 9º da RN nº 574, de 28 de fevereiro de 2023.

O cálculo atuarial é elaborado pela empresa **Plurall**, devidamente autorizada pela ANS por meio do Ofício nº 1063/2023/COAOP/GGAME/DIRAD-DIOPE/DIOPE, de 04 de dezembro de 2023 (vide Nota Explicativa nº 11).

2.2.8 Tributos

- a) **Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL):** apurados anualmente, conforme legislação vigente;
 - b) **COFINS:** apurada mensalmente, conforme legislação vigente;
 - c) **PIS:** apurado mensalmente, conforme legislação vigente;
 - d) **INSS sobre a folha de pagamento:** apurado mensalmente, conforme legislação vigente.
-

2.2.9 Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais

a) Ativos contingentes

São reconhecidos apenas quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes classificados como de êxito provável são apenas divulgados em nota explicativa.

b) Passivos contingentes

Com exceção das contingências tributárias e obrigações legais, as contingências cíveis e trabalhistas são provisionadas quando as perdas são avaliadas como prováveis e os valores envolvidos podem ser estimados com segurança. As contingências avaliadas como perdas possíveis são apenas divulgadas em nota explicativa, enquanto aquelas classificadas como perdas remotas não são provisionadas nem divulgadas.

c) Contingências tributárias e obrigações legais

São registradas como exigíveis, de acordo com os relatórios emitidos pelos assessores jurídicos da entidade.

NOTA 03. DISPONÍVEL

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
a) Bancos Conta Movimento		
Banco ABC	-	591.032,10
Planium Bank	327.765,18	30.859,66
Santander	3,78	30.982,62
Banco BTG	851.123,77	-
Caixa Economica Federal	2.505,51	-
Banco SICCOOB	45.767,73	-
Bradesco S/A	486,22	2.529.780,25
Subtotal	<u>1.227.652,19</u>	<u>3.182.654,63</u>
b) Aplicações de Liquidez Imediata		
BRADESCO	-	3.999.799,54
BANCO ABC	-	466,80
BANCO SANTANDER	-	168.516,62
BANCO SICREDI INVEST	-	-
Subtotal	-	<u>4.168.782,96</u>
TOTAL	-	<u>7.351.437,59</u>

NOTA 04. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
a) Garantidores de Provisões Técnicas		
BRADESCO – Aplicação FI Dedicado	4.895.127,17	4.475.551,08
CAIXA – Aplicação Fundo Garantidor PEONA	6.855.548,26	6.033.598,09
TOTAL	<u>11.750.675,43</u>	<u>10.509.149,17</u>

A entidade constituiu ativos garantidores com aplicações financeiras que lastreiam provisões técnicas (vide Nota Explicativa nº 10), cuja movimentação segue regras estabelecidas pela ANS. Os ativos garantidores que lastreiam as provisões técnicas normativas encontram-se em processo de regularização devido à identificação de insuficiências. Diante desse cenário, medidas estão sendo adotadas para assegurar sua adequação, com atenção especial à conformidade e à normalização desses ativos, garantindo a solidez e a segurança financeira necessárias para o cumprimento das obrigações previstas

NOTA 05. CRÉDITOS DE OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE

São registrados os créditos de operações com planos de assistência à saúde que a KLINI PLANOS tem a receber, referentes às emissões de faturas e/ou mensalidades devidas pelos Contratantes.

	Exercícios	
	2025	2024
a) Contraprestação Pecuniária a Receber (i)		
Mensalidade Contratantes	69.506.981,89	44.536.484,83
Provisão para Perdas sobre Créditos – PPSC	(9.475.516,09)	(2.110.736,75)
Subtotal	60.031.465,80	42.425.748,08

(i) A Contabilização do período de cobertura é feita de acordo com a regra do PPCNG. Sendo assim, a reversão da PPCNG é feita na sua totalidade dentro do próprio mês, haja vista, que em sua maioria, coincide com o período de cobertura.

NOTA 06. DESPESAS DIFERIDAS

	Exercício	
	2025	2024
Despesas Diferidas	18.716.772,85	14.614.816,51
Total	18.716.772,85	14.614.816,51

Aumento de diferimento de despesas de comercialização no período representado pela forte iniciativa para captura de novos beneficiários.

NOTA 07. CREDITOS TRIBUTARIOS E PREVIDENCIARIOS

São registrados os créditos de operações tributários do qual há recuperabilidade. Seja por recolhimento/pagamento a maior, seja por efetiva recuperabilidade legal.

	Exercício	
	2025	2024
Imposto de Renda a Recuperar	327.678,75	112.662,60
Imposto Sobre Serviços a Recuperar – ISS (i)	5.137.919,55	2.015.803,03
Subtotal	5.465.598,30	2.128.465,63

(i) Crédito oriundo devido a pagamento a maior da base de cálculo devida.

NOTA 08. BENS E TÍTULOS A RECEBER

	Exercícios	
	2025	2024
Estoques	876.574,35	
Adiantamento a Fornecedores (i)	11.482.977,51	6.295.459,04
Outros Adiantamentos	1.630.534,92	28.612,13
Total	13.990.086,78	6.324.071,17

(i) Variação observada em 2025 refere-se a pagamentos de recursos de glosa, eventuais bloqueios e/ou outras faturas médicas que estavam em processo de inclusão nos sistemas de contas.

NOTA 09. ATIVO FISCAL DIFERIDO

	Exercícios	
	2025	2024
Imposto de Renda (IRPJ)	6.371.025,56	6.894.172,78
Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSSL)	3.822.615,33	4.136.503,67
Total	10.193.640,89	11.030.676,45

Créditos tributários constituídos sobre prejuízo fiscal do exercício de 2022.

NOTA 10. DEPÓSITOS JUDICIAIS E FISCAIS

	Exercícios	
	2025	2024
Depósitos Judiciais e Fiscais	3.024.845,67	-
Total	3.024.845,67	-

Depósitos Judiciais ou Bloqueios referentes a processos em andamento.

NOTA 11. IMOBILIZADO

Não Hospitalares	Taxa Anual de Depreciação %	Custo de Aquisição	Depreciação Acumulada	Exercícios	
				2025	2024
				Líquido	Líquido
Edificações - Imoveis		63.020.000,00		63.020.000,00	-
Hospitalares					
Instalações	4%	19.288,80	0	19.288,80	19.288,80
Máquinas e Equipamentos	10%	164.844,31	-135.283,66	29.560,65	92.119,01
Móveis e utensílios N Hosp	10%	68.760,13	-48.034,22	20.725,91	31.309,67
Total		252.893,24	-183.317,88	69.575,36	142.717,48

No exercício de 2025 a entidade efetuou, internamente, estudos para verificar a possibilidade de determinar novos prazos de vida útil dos bens integrantes do ativo imobilizado, conforme previsto no CPC-27 - Ativo Imobilizado.

Como resultado deste estudo, a administração da entidade decidiu por não alterar os prazos estimados de vida útil e as taxas aplicadas até o momento.

Aporte por meio de Integralização de Imóveis Hospitalares realizados pelos sócios no valor de 63.020.000,00.

NOTA 12. PROVISÕES TÉCNICAS

	Exercícios	
	2025	2024
Passivo Circulante		
PPCNG	2.764.408,67	724.535,17
Provisão para Insuficiência de Contraprestação	-	-
Provisão de Eventos a Liquidar (i)	33.193.398,91	35.810.017,03
Provisão de Eventos a Liquidar SUS (ii)	<u>4.266.114,54</u>	<u>1.255.062,38</u>
Provisão para eventos ocorridos e não avisados (iii)	17.401.912,19	11.318.272,28
Total	57.625.834,31	49.014.670,79

(i) Provisão para garantia de eventos já ocorridos, registrados contabilmente e ainda não pagos, cujo registro contábil é realizado pelo valor integral informado pelo prestador ou beneficiário no momento da apresentação da cobrança à entidade.

(ii) A entidade tem registrado nessa conta, eventos referentes a ressarcimentos de despesas médicas ao SUS.

(iii) Provisão para fazer frente ao pagamento dos eventos que já tenham ocorrido e que não tenham sido avisados, constituída com base em metodologia própria. Este cálculo é feito mensalmente de acordo com a metodologia elaborada pela Plurall e autorizada pela ANS por meio do Ofício nº. 1063/2023/COAOP/GEAOP/GGAME/DIRAD-DIOPE/DIOPE, de 04/12/2023. Incluso nesse montante a “PEONA SUS” em atendimento a RN Nº 442 de 20 de dezembro de 2018.

NOTA 13. TRIBUTOS E ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER

	Exercícios	
	2025	2024
Contribuições Previdenciárias	241.583,75	1.237.078,87
FGTS a Recolher	43.832,16	103.620,08
PIS s/ Fopag e Outras Contribuições (ISS) (i)	763.723,57	2.752.279,67
Imposto de Renda Retido na Fonte – Func	159.740,70	147.370,51
Imposto de Renda Retido na Fonte – Terc	916.799,28	1.279.417,41
Imposto Sobre Serviços Retido na Fonte	592.560,77	478.456,38
PIS/COFINS/CSSL Retido (i)	2.263.318,56	3.636.697,79
Contribuições Previdenciárias Retidas de Terceiros	98.947,93	261.283,97
PIS e COFINS Sob Faturamento	3.166.031,41	
Parcelamento Imposto de Renda	0,00	91.690,11
Parcelamento ISS	0,00	88.492,43
Parcelamento COFINS	0,00	341.507,37
Parcelamento Contribuições Previdenciárias	0,00	65.009,36
TOTAL	8.246.538,13	10.482.903,95

(i) Com o aumento expressivo de beneficiários KLINI nos últimos anos, há reflexo natural nos números de sua operação diante da realidade crescente.

NOTA 14. DÉBITOS DIVERSOS

	Exercícios	
	2025	2024
Obrigações com Pessoal	590.335,71	380.407,68
Fornecedores	3.354.424,97	3.948.192,64
Depósitos de Beneficiários e de Terceiros	4.779.025,99	510.345,00
Outros Débitos	989.263,26	2.909.735,69
Total	9.713.049,93	7.748.681,01

O aumento em comparação com o exercício anterior, decorre da ampliação das operações e do crescimento da demanda por insumos e serviços essenciais para a continuidade e melhoria das atividades da empresa. Além disso, fatores como a inflação, reajustes contratuais e a necessidade de novos investimentos em tecnologia e infraestrutura contribuíram para essa elevação. A empresa segue adotando medidas para otimizar custos e garantir eficiência na gestão de seus recursos.

NOTA 15. PROVISÕES PARA AÇÕES JUDICIAIS

15.1 Contingências com Risco de Perda Provável

A entidade constitui provisão para contingências com base na opinião de seus assessores jurídicos. Com isso, a entidade provisiona a totalidade dos processos classificados com risco de perda provável, a qual considera suficiente para cobrir eventuais perdas processuais. Os saldos provisionados estão demonstrados a seguir:

	Exercícios	
	2025	2024
Trabalhistas (i)	26.459,98	26.459,98
Cíveis (ii)	2.200.510,44	5.284.856,79
Multas Adm. ANS (iii)	136.800,00	136.800,00
Total	2.363.770,42	5.448.116,77

- (i) *Provisões para suportar perdas relativas a processos trabalhistas movidos por ex-empregados próprios e de empresas prestadoras de serviços.*
- (ii) *Provisões para suportar prováveis perdas em função de processos judiciais de natureza cível movidos contra a KLINI PLANOS.*
- (iii) *Provisões para suportar prováveis perdas em função de processos administrativos de multas do órgão regulador (ANS)*

15.2 Contingências com Risco de Perda Possível/Remoto

A entidade também possui processos cujas expectativas de perda são classificadas como possíveis, na opinião de seus consultores jurídicos. A entidade não provisiona os valores envolvidos nesses processos, porém os divulga, conforme segue:

	Exercícios	
	2025	2024
Trabalhistas (i)	76.881,74	157.194,00
Cíveis (ii)	16.765.744,85	2.265.039,04
Multas Adm. ANS (iii)	-	-
Tributários (iv)	-	-
Total	16.842.626,59	2.422.233,04

- (i) *Provisões para suportar prováveis perdas relativas a processos trabalhistas movidos por ex-empregados próprios e de empresas prestadoras de serviços.*
- (ii) *Provisões para suportar possíveis perdas em função de processos judiciais de natureza cível movidos contra a KLINI Planos.*

NOTA 16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Representa os resultados acumulados (Superávit/Déficit) apurados nos exercícios sociais, desde o início das operações da entidade. Em 31 de dezembro de 2025 o patrimônio líquido da KLINI SAÚDE é de R\$ **106.937.318**. Em 31 de dezembro de 2024 foi de R\$ **20.342.101**.

NOTA 17. EVENTOS INDENIZAVEIS LÍQUIDOS

	Exercício	
	2025	2024
EVENTOS INDENIZAVES LIQUIDOS (i)	-295.564.516,43	-208.047.076,76
EVENTOS CONHECIDOS	-289.274.383,19	-206.509.963,04
PLANOS INDIVIDUAIS/FAMILIARES DEPOIS DA LEI	-415.662,31	-88.164,62
DESPESAS COM EVENTOS / SINISTROS	-870.420,93	-621.117,95
(-) GLOSAS/RECUPERAÇÃO	454.758,62	532.953,33
PLANOS COLETIVOS POR ADESAO DEPOIS DA LEI	-56.657.695,19	-27.673.893,08
DESPESAS COM EVENTOS / SINISTROS	-61.817.546,78	-29.996.032,21

(-) GLOSAS/RECUPERAÇÃO	5.159.851,59	2.322.139,13
PLANOS COLETIVOS EMPRESARIAIS DEPOIS DA LEI	-181.668.943,02	-136.278.425,64
DESPESAS COM EVENTOS / SINISTROS	-200.594.744,06	-144.073.530,54
(-) GLOSAS/RECUPERAÇÃO	18.925.801,04	7.795.104,90
EVENTOS/ SINISTROS CONHECIDOS OU AVISADOS NA MODALIDADE DE PAGAMENTO POR CAPITATION	-46.515.510,80	-40.215.338,80
EVENTOS/ SINISTROS CONHECIDOS OU AVISADOS NA MODALIDADE DE PAGAMENTO POR PACOTE	0	0
EVENTOS/ SINISTROS CONHECIDOS OU AVISADOS – REEMBOLSO		
SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – SUS	-4.016.571,87	-2.254.140,90
PROVISÃO EVENTOS OCORRIDOS E NÃO AVISADOS	-6.290.133,24	-1.537.113,72

(i) *Aumento de despesas médicas em comparação ao exercício anterior dentro da proporção do crescimento de beneficiários.*

NOTA 18. OUTRAS DESPESAS DE OPERAÇÕES DE PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

As Outras Despesas de Operações de Assistência à Saúde, estão assim detalhadas:

	Exercício	
	2025	2024
Outras Despesas de Operações	2.773.289,27	355.115,19
Total	2.773.289,27	355.115,19

Aumento significativo por implementação de Entrevistas Médicas Qualificadas e Serviços de Telemedicina

NOTA 19. DESPESAS DE COMERCIALIZAÇÃO

	Exercício	
	2025	2024
Despesas de Comercialização	34.081.745,78	14.079.922,72
Total	34.081.745,78	14.079.922,72

Houve um aumento significativo nas despesas com comercialização por conta de uma estratégia arrojada para captação de novos beneficiários, refletido em pagamentos de comissões e prêmios por performance de vendas. Tais valores são diferidos em 12 meses.

NOTA 20. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Exercício	
	2025	2024
Pessoal Próprio	7.805.051,83	5.996.167,24
Serviços de Terceiros	22.288.534,01	20.963.155,16
Localização e Funcionamento	23.790.298,41	9.981.247,47
Depreciação e Amortização	30.950,56	44.509,56
Publicidade e Propaganda	4.867.915,07	1.561.055,19
Tributos	436.164,52	488.569,59
Provisão p/ Contingências Judiciais e Multas	488.391,84	4.137.555,77
Outras	-	-
Total	59.707.306	-43.172.260

O incremento das despesas com serviços administrativos observado no exercício de 2025, em relação a 2024, decorre de um processo estruturado de investimentos voltados ao suporte do crescimento da carteira de beneficiários e à necessidade de fortalecimento da estrutura organizacional da entidade. Tal movimento esteve diretamente relacionado à ampliação da capacidade operacional, visando assegurar maior eficiência, controle e celeridade nos processos internos, em consonância com o aumento do volume de operações.

Adicionalmente, a expansão desses serviços acompanhou a adoção de novas ferramentas tecnológicas e práticas de gestão, com foco na otimização da alocação de recursos, no aprimoramento dos controles internos e na elevação do padrão de qualidade dos serviços prestados. Essas iniciativas contribuíram para a sustentação do crescimento da companhia, reforçando sua capacidade operacional e sua posição competitiva no mercado.

NOTA 21. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTOS DE RISCOS

a) Instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2025 os instrumentos financeiros inerentes às operações basicamente estão representados por disponibilidades, contas a receber e a pagar. A Entidade mantém suas políticas e estratégias operacionais visando à liquidez, rentabilidade e segurança desses saldos e efetua o monitoramento dos preços dos serviços contratados com os vigentes no mercado de saúde suplementar.

b) Gerenciamento de Risco

A Entidade está exposta a diversos riscos inerentes à natureza de suas operações. Dentre os principais fatores de risco de mercado que podem afetar o negócio da Entidade, destacam-se:

I. Risco de Crédito: O risco de crédito associado à possibilidade do não recebimento de valores faturados aos seus beneficiários é atenuado pela possibilidade legal de interrupção do atendimento aos beneficiários de planos de saúde após determinado período de inadimplência, podendo até cancelar o contrato pelo não recebimento das contraprestações.

A Entidade também está sujeita ao risco de crédito associado às suas aplicações financeiras. Esse risco é atenuado pela concentração de suas operações em instituições financeiras consideradas de primeira linha pelo mercado com a alocação dos recursos em aplicações com perfil conservador, em sua maioria, e uma parte menor em perfil moderado e arrojado.

II. Risco de Subscrição: A Entidade também está sujeita ao risco de subscrição existentes, ainda que possa ser considerado remoto, ao manter a metodologia de provisões técnicas PEONA e PEONA SUS com base na metodologia da ANS. No que tange aos valores praticados em seus produtos, esses são levados ao conhecimento dos atuários para análises pro ativas em busca da manutenção do equilíbrio financeiro da carteira em prol da Entidade.

III. Risco de Mercado: A Entidade também está sujeita ao risco de mercado através do crédito associado às suas aplicações financeiras. Esse risco é atenuado pela concentração de suas operações em instituições financeiras consideradas de primeira linha pelo mercado e com a alocação dos recursos em aplicações com perfil conservador, em sua maioria, quase na sua totalidade. No que diz respeito aos valores em ativos imobilizados referente aos imóveis, historicamente em nossa cidade os valores de imóveis mantem sempre a sua tendência a se elevar, ainda mais por se tratar de imóveis bem localizados.

IV. Risco Legal: A Entidade busca sempre em seu rol de prestadores de serviços aos beneficiários, contratar após minuciosa análise dos documentos desses prestadores e também realizar a visita física ao local onde será atendido os beneficiários, com o intuito de verificar a qualidade do atendimento a ser destinado ao beneficiário. E ainda, todos os prestadores são, sem exceção contratados com contrato estabelecendo o embasamento e respaldo jurídico tanto para a Operadora quanto ao seu beneficiário. Dessa maneira a Operadora não fica vulnerável a qualquer tipo de litígio.

V. Risco Operacional: A Entidade tem o hábito de rotacionar seus colaboradores em outros setores, para que alguns conheçam a rotina e o trabalho do outro, evitando a concentração de informações em apenas um colaborador. Busca criteriosamente a entrega de todas suas obrigações acessórias antes do prazo estabelecido pelo órgão que a regulamenta. Ainda, a Entidade possui um risco baixo em liquidar seus compromissos com a rede contratada de

assistência.

Entendemos que mitigamos de sobremaneira os riscos em comento com a estratégia de negócio estabelecida pela direção da empresa. Conseguiremos, mantida a estratégia do negócio, sobreviver aos interferis que estamos expostos.

NOTA 22. TESTE DE ADEQUAÇÃO DO PASSIVO - TAP

A realização do Teste de Adequação de Passivos (TAP) tornou-se obrigatória para as operadoras de planos de saúde por meio da Resolução Normativa (RN) nº 435/2018, posteriormente revogada e substituída pela RN nº 528/2022. Essa exigência aplica-se às operadoras de grande porte, ou seja, aquelas com mais de 100 mil beneficiários, e seus resultados devem ser evidenciados nas notas explicativas do balanço patrimonial a partir do exercício de 2020.

O resultado do TAP deve ser reconhecido no balanço por meio da constituição de uma nova provisão. No entanto, esse reconhecimento ainda não é obrigatório, pois a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) ainda não convalidou o pronunciamento contábil CPC 11. Dessa forma, o resultado do TAP deve ser apenas reportado nas notas explicativas, que são submetidas à auditoria independente.

Agregação de contratos utilizada no teste	Ajuste na tábua biométrica (sim ou não)	Taxa de cancelamento de contratos* (valor em percentual)	Varição da Despesa Assistencial estimada para o primeiro ano de apuração do TAP (valor em percentual)	Reajuste máximo estimado para os planos individuais no primeiro ano de apuração do TAP (valor em percentual)	Reajuste médio por variação de custos estimado para os planos coletivos no primeiro ano de apuração do TAP (valor em percentual)	Utilização das faixas etárias da RN 63/2003 para estimação das despesas assistenciais (sim ou não)	Método de interpolação da ETTJ utilizado	Estimativa corrente de fluxo de caixa na data-base (valor em R\$)
Carteira individual	Sim	12,00%	7,03%	7,03%		Sim	Svensson	-2 040 171,69
Coletivo por adesão	Sim	18,31%	9,73%			Não	Svensson	2 537 611,94
Coletivo empresarial	Sim	18,31%	6,68%		6,68%	Sim	Svensson	3 444 109,38
Corresponsabilidade assumida em pré-pagamento	-	-	-	-	-	-	-	-

NOTA 23. PROVISÃO PARA INSUFICIÊNCIA DE PRÊMIOS/CONTRAPRETAÇÕES - PIC

A operadora procedeu à constituição da Provisão para Insuficiência de Contraprestação/Prêmio (PIC), quando constatada, em atendimento à obrigatoriedade prevista pela ANS através do art. 3º da RN nº 574, de 28/02/2023, e suas alterações. Este cálculo é feito trimestralmente de acordo com a metodologia atuarial elaborada pela Plurall e autorizada pela ANS por meio do Ofício nº: 346/2023/COAOP/GEAOP/GGAME/DIRAD-DIOPE/DIOPE, de 03/05/2023.

NOTA 24. PRÁTICAS MÍNIMAS DE GOVERNANÇA CORPORATIVA

Em atendimento ao disposto na RN nº 443, de 25 de janeiro de 2019, a Empresa iniciou a adoção de práticas mínimas de governança, com ênfase em controles internos e gestão de riscos. Os procedimentos adotados serão revisados e atualizados de acordo com a complexidade das suas atividades, respeitadas as características e estruturas estabelecidas no estatuto social e normas internas da Empresa.

A implementação dessas práticas visa fortalecer a transparência, a integridade e a eficiência na condução das operações, garantindo maior segurança na tomada de decisões e na mitigação de riscos. Além disso, a adoção de medidas robustas de governança contribui para o alinhamento estratégico da Empresa com as melhores práticas do mercado, promovendo maior confiabilidade junto a stakeholders internos e externos.

Como parte desse processo, serão realizados treinamentos contínuos para colaboradores e gestores, assegurando a disseminação da cultura de governança e conformidade em todos os níveis da organização. Paralelamente, a Empresa buscará aprimorar seus mecanismos de monitoramento e auditoria, garantindo que os controles internos sejam constantemente avaliados e aprimorados para atender às exigências regulatórias e às necessidades do negócio.

NOTA 25. CONCILIAÇÃO DA DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	2025	2024
Lucro Líquido antes do imposto de renda e da contribuição social	10.646.731,29	7.227.987,51
Depreciação e Amortização	30.950,56	44.509,56
Resultado Financeiro	1.957.513,49	781.601,54
Variação da provisão de eventos ocorridos e não avisados (PEONA)	6.083.639,91	1.537.114,00
Provisão para perdas sobre créditos	7.364.779,00	1.445.992,00
Lucro Líquido Ajustado	26.083.614,25	11.037.204,61
Varição dos ativos e passivos operacionais	- 57.963.399,25	- 16.979.690,61
Caixa Proveniente das operações	- 31.879.785,00	- 5.942.486,00

NOTA 26. EVENTOS SUBSEQUENTES

A resolução de processo em andamento de Ativos Garantidores em Imóveis deverá se realizar no início de 2026 e auxiliará na nossa avaliação econômico-financeira.

ALBA REGINA RIBEIRO DE SOUZA
Diretora Geral

ERICK FERREIRA CHATEL DE AGUIAR
Contador
CRC:RJ 119629/O-0